UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
CURSO DE BACHARELADO EM AGROECOLOGIA - BACEP

NATÁLIA ALVES DE SOUZA

Territorialidade dos Povos das Águas na Ilha de Itamaracá:

Agroecologia, Expressões Culturais e Resiliência Comunitária

Ilha de Itamaracá, PE
2025

Natália Alves de Souza

Territorialidade dos Povos das Águas na Ilha de Itamaracá:
Agroecologia, Expressões Culturais e Resiliência Comunitária

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Memorial submetido ao Curso de Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular.

Orientadora: Profa. Dra. Joanna Lessa Fontes Silva

Ilha de Itamaracá, PE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S729tt Souza, Natália Alves de
Territorialidade dos Povos das Águas na Ilha de Itamaracá: : Agroecologia, Expressões Culturais e Resiliência Comunitária / Natália Alves de Souza. - 2025.
51 f. : il.

Orientadora: Joanna Lessa Fontes Silva.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, , Recife, 2025.

1. Agroecologia. 2. Campesinato. 3. Ciranda. 4. Comunidades Pesqueiras. 5. Ilha de Itamaracá. I. Silva, Joanna Lessa Fontes, orient. II. Título

CDD

Natália Alves de Souza

Territorialidade dos Povos das Águas na Ilha de Itamaracá:
Agroecologia, Expressões Culturais e Resiliência Comunitária

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular.

Recife/PE, dia 17 de março de 2025

Banca Examinadora

Profa. Dra. Joanna Lessa Fontes Silva
(Orientadora)

Prof. Dr. José Nunes da Silva
(UFRPE)

Prof.a. Dra. Ywanoska Ywanoska Maria Santos da Gama
(UFRPE)

Prof. a Dra. Gilvânia de Oliveira Silva
(Suplente)

À Dona Cosma Alves (*In Memorian*),
a mulher sinônimo de resiliência,
que me gerou no coração e me amou primeiro.
À Zé D'Irene (*In Memorian*)
cuja trajetória de vida personifica o pescador artesanal
em sua plena liberdade.
E aos povos do mar da Ilha de Itamaracá.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não é apenas o resultado de muito esforço e comprometimento. Este caminho foi trilhado com o apoio e acolhimento de pessoas muito queridas, às quais dedico minha profunda gratidão.

Agradeço, primeiramente, à força das águas que me movem.

Ao meu companheiro de vida, José Luiz, que trabalhou incansavelmente para que eu pudesse estar dentro da universidade e sempre me apoiou em tudo que precisei. Seu amor e dedicação tornaram possível cada passo desta jornada.

Ao meu filho, Luiz Felipe, razão da minha persistência, pela escuta ativa e afetiva em todos os processos de aprendizado e por sempre colaborar com sua arte, dando cor e vida aos meus trabalhos.

Ao coletivo docente do BACEP, agentes de mudança que, reunidos, fazem deste curso um espaço verdadeiramente transformador.

À Daniela Ferreira dos Santos, a Dani, Assistente Administrativa do BACEP que sempre nos recebe com um sorriso lindo e acolhedor e muitas vezes exerceu atividades além de suas funções e não media esforços em me ajudar.

Aos colegas de curso, que compartilharam comigo múltiplos conhecimentos, enriquecendo minha caminhada acadêmica e pessoal.

Às minhas parceiras de grupo e companheiras de vida, Flávia Moraes e Malu Sampaio, pelos sorrisos, abraços, encorajamentos, pelo apoio incondicional na luta pela visibilidade da cultura pesqueira e por tantas outras coisas que nem consigo nomear, mas que foram essenciais para seguir adiante.

Ao professor Felipe Jalfim, pela atenção e dedicação, pelo incentivo constante e por me apresentar “Cem dias entre céu e mar”, fonte de inspiração e coragem.

À professora Gilvania Azevedo, por sua atenção e generosidade e por me incentivar a produzir trabalhos com qualidade acadêmica.

À minha orientadora, Joanna Lessa, que me enxergou e me guiou como um rio que deságua no mar, fazendo-me perceber a imensidão de possibilidades à minha frente. Sua orientação foi fundamental para que este trabalho tomasse forma e movimento.

E, por fim, a todas as pessoas que estão na luta em defesa dos povos das águas. Que sua resistência continue fluindo como os rios, levando esperança e transformação por onde passar.

"A vida é uma ciranda,
às vezes estamos tão distraídos
que nem percebemos quem segura nossa mão.
Outras vezes
estamos apressados demais
para ouvir o verso bem bonito
de alguém que acabou de entrar na roda.
E assim dançamos a dança da Vida,
às vezes contrariados
porque não é a música que esperávamos;
outras vezes
seguramos a mão de quem está do nosso lado
tão displicentemente,
que nem percebemos quando as mãos se soltam.
A Vida é uma ciranda
e cada um de nós
tem um verso bem bonito para dizer
e depois é só Adeus e vai embora.
Vai embora,
mas fica o verso bem bonito
e a suspeita de que
essa ciranda só existe para nos ensinar
a segurar a mão do outro com força,
cantar bem alto e dançar junto.
E no meio de tudo isso,
ficar atentos
para nunca oferecer pouco Amor. "

- Míriam Morata -

RESUMO

Este memorial registra minha trajetória acadêmica e pessoal no Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular da UFRPE, explorando minha conexão com a Ilha de Itamaracá e o "campo das águas". Utilizei metodologias de pesquisa qualitativa bibliográfica e empírica, valorizando saberes populares, registrando vivências com anotações e fotografias. Discuto minhas experiências iniciais, a relação com a pesca, e a resiliência comunitária como fator de fortalecimento das comunidades pesqueiras, destacando o papel das mulheres nesse contexto. Refletindo sobre o impacto dessas vivências na minha formação e na construção de uma territorialidade emancipatória.

Palavras-chave: Agroecologia; Campesinato; Ciranda; Comunidades Pesqueiras; Ilha de Itamaracá.

ABSTRACT

This memorial records my academic and personal trajectory in the Bachelor's Degree in Agroecology, Peasantry and Popular Education at UFRPE, exploring my connection with Itamaracá Island and the "field of waters". I used qualitative bibliographic and empirical research methodology, valuing popular knowledge, recording experiences with notes and photographs. I discuss my initial experiences, the relationship with fishing, and community resilience as a factor in strengthening fishing communities, highlighting the role of women in this context. Reflecting on the impact of these experiences on my education and on the construction of an emancipatory territoriality.

Keywords: agroecology; finishing communities; peasantry; ciranda; itamaracá island.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1- A nossa Jangada, Natália. 19

Imagem 2- Comunidade do Bairro Novo em Itamaracá. 20

Imagem 3: Criação de galinhas de capoeira em nosso quintal produtivo. 22

Imagem 4- Desenho do mapa do território (Carta Náutica), ferramenta de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) 25

Imagem 5- Montagem da instalação pedagógica para a apresentação da culminância. 27

Imagem 6- Flavia Moraes, Malu Sampaio e eu, na instalação pedagógica do CIADET. 29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BACEP	Bacharelado em Agroecologia Campesinato e Educação Popular
CIADET	Congresso Internacional de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESO	Estágio Supervisionado Obrigatório
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MPA	Ministério de Pesca e Aquicultura
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
SEMAS	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
VRC	Vivência Realidade Campo
VU	Vivência Universidade

SUMÁRIO

1 Introdução **12**

2 Como um rio segue seu curso **14**

2.1 A Ilha 15

2.2 Mar da Agroecologia 21

2.3 Porto BACEP 24

3. Campesinato das águas: Conceito e pertencimento **29**

3.1 Resiliência Comunitária: Fortalecendo a cultura Pesqueira 34

3.2 Identidade Cultural, Território e Sustentabilidade 37

3.3 Reflexões sobre Resiliência Comunitária e o Papel das Mulheres em Comunidades Pesqueiras 39

4 Essa Ciranda não é minha só **41**

REFERÊNCIAS **44**

1 Introdução

O presente memorial é o "diário de bordo"[1] do meu percurso ao longo do curso Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular (BACEP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Como mulher das águas, minha identidade é profundamente entrelaçada ao "campo das águas", numa relação que emerge da minha convivência com o território da Ilha de Itamaracá. Este é o meu lar, um agroecossistema que integra mar e estuário, simbolizando a essência da minha conexão com a terra e o ambiente ao meu redor.

A construção deste memorial foi fundamentada em uma metodologia que busca refletir e registrar de forma sensível e detalhada minha trajetória acadêmica e pessoal. Para tanto, utilizei ferramentas como anotações e registros fotográficos, que permitiram capturar observações, reflexões e momentos significativos. Essas ferramentas foram essenciais para construir as Vivências Universidade (VU), Imersões em diferentes territórios e demais experiências, proporcionando uma perspectiva visual do etnoagroecossistema nas Vivências Realidade Campo (VRC) e das expressões culturais dos povos das águas. Além disso, Felisberto (2020) justifica que o Memorial, como forma de conclusão de curso, permite uma escrita mais livre e pessoal, proporcionando mais autonomia para construir a narrativa. Esse formato torna o texto mais fluido e próximo da realidade vivida, conectando o fazer acadêmico com as realidades do dia a dia. Dessa forma, busquei valorizar o saber popular, permitindo que as lembranças emergissem de forma natural e respeitosa, estimulando a territorialidade e o pertencimento.

O título "Territorialidade[2] dos Povos da Águas na Ilha de Itamaracá: Agroecologia, Expressões Culturais e Resiliência Comunitária" reflete a conexão entre espaço, identidade e práticas socioculturais. O termo "Territorialidade dos Povos das Águas na Ilha de Itamaracá" destaca a relação profunda da comunidade pesqueira com o ambiente da Ilha, evidenciando o pertencimento e modos de vida ligados ao mar e ao estuário. A menção a "Agroecologia" reforça a perspectiva sustentável da produção e uso dos recursos naturais na região, enquanto, "Expressões Culturais" valoriza os saberes, tradições e práticas locais que fortalecem a identidade coletiva. Por fim, "Resiliência Comunitária" evidencia a capacidade das

[1] O Diário de Bordo é usado para registrar atividades, progressos, ideias e desafios enfrentados em uma navegação. Tem como principal função documentar de forma sistemática as atividades realizadas, os resultados alcançados e quaisquer obstáculos encontrados.

[2] A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (SAQUET, 2009, p.88).

comunidades em se adaptarem e resistirem às transformações socioeconômicas e ambientais, garantindo sua continuidade e autonomia.

Este memorial está organizado de maneira a refletir o fluxo de experiências que moldaram minha trajetória. O primeiro capítulo, "Como um rio segue seu curso", apresenta o contexto inicial das minhas vivências, minha origem, de onde vim. O subcapítulo, “A Ilha” descreve minha chegada à Itamaracá e as atividades pesqueiras locais. Em seguida, " Mar da Agroecologia" narra meu encontro e envolvimento com o universo agroecológico. Em "Porto BACEP", registrei minha interação com o Bacharelado em Agroecologia e as contribuições acadêmicas e coletivas advindas dessa experiência. Posteriormente, "Campesinato das Águas: Conceito e pertencimento" explora minha relação com a pesca, analisando dinâmicas e saberes locais. Em "Resiliência Comunitária: Fortalecendo a cultura pesqueira", abordei o papel da resiliência nas comunidades pesqueiras. No capítulo “Identidade Cultural, Território e Sustentabilidade”, reforço características importantes na difusão da Resiliência Comunitária, tema aprofundado durante os estágios obrigatórios (ESO I e II). "Reflexões sobre Resiliência Comunitária e o Papel das Mulheres em Comunidades Pesqueiras" sintetiza minhas aprendizagens e contribuições para as reflexões acadêmicas e sociais sobre a temática. Por fim, no capítulo de conclusão intitulado “Essa ciranda não é minha só”, os conhecimentos adquiridos, a nova percepção sobre o mundo e os sonhos, desaguam.

Em síntese, este memorial registra os processos educativos vivenciados no Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular, entrelaçando experiências individuais e coletivas em uma análise que considera o contexto social mais amplo. Os temas do Campesinato das Águas e a Resiliência Comunitária, destacados como motores dessa trajetória, impulsionam a relevância da cultura pesqueira e o papel das mulheres no fortalecimento das comunidades. Por meio desta narrativa, trago à tona as múltiplas dimensões que compuseram minha formação acadêmica, evidenciando a confluência de saberes na Territorialidade emancipatória dos povos das águas que me moldaram e me guiaram ao longo desse percurso.

2 Como um rio segue seu curso

> Havia um rio. Um rio maravilhoso de água cristalina. Ninguém sabia onde nascia, mas esse rio dividia Recife e Olinda.(...) Havia cardumes de um pequeno peixe. Ninguém sabia o nome dos pequenos peixes.(...) Quando os pescadores se encontravam, já combinavam: "Vamos pescar no rio dos peixinhos." (PAULA,2009, p.13).

Havia um rio, um rio vivo, farto de peixes, um rio que alimentava, banhava, alegrava e servia às moradoras e moradores que viviam às suas margens. Esse rio se chama Beberibe, cujo curso de água flui no bairro de Peixinhos, o lugar de onde venho. Esse rio não está morto, é um rio resistente, ainda luta para existir, assim como as pessoas desse lugar.

Foi na busca pela sobrevivência que meus pais, Cosma e Moacir, chegaram nesta terra migrando dos agrestes na década de 60. Os desafios impostos pelos fatores climáticos do Nordeste, especialmente os longos períodos de seca, impactavam diretamente a vida dos sertanejos. Muitos migravam para as cidades em busca de trabalho e moradia, carregando consigo a esperança de um dia retornar à sua terra natal (SILVA, 2019). Essas práticas migratórias são histórias comuns no estado de Pernambuco e no Brasil. A nossa família foi mais uma que partiu deixando suas terras, suas origens nos agrestes em busca de "uma vida melhor" na capital. Eu sou a caçula de uma família muito grande, minha mãe, Cosma, era costureira e meu pai, Moacir, feirante e nessa vida de muito trabalho eles criaram oito filhos, uma cambada[3].

Foram essas famílias que migraram de vários lugares do nordeste que constituíram o bairro de Peixinhos compondo, assim, uma cultura múltipla. Peixinhos: terra de pescadores e marisqueiras, de vaquejada, da procissão de São Sebastião, do matadouro, Curtume, Nascedouro, do trabalho nas fábricas, das festas profanas, da benzedeira Dona Saturnina, de Mestre Carreiro, Mamulengo, "Acorda Povo", de Terreiros de Xangô, do Boi Menino, Lamento Negro, Balé Magê Molê, da Feira de Peixinhos e de um povo muito trabalhador (PAULA, 2009).

Em Peixinhos, vivi uma infância marcada por uma liberdade singular, repleta de festas populares, como as tradicionais celebrações de carnaval e festas juninas, além de intensos momentos de convivência nas ruas. As lembranças mais felizes dessa época eram visitas, aos finais de semana, à praia de Bairro Novo, em Olinda. Eu era uma criança que

[3] Cambada: Coletivo de Caranguejos. PACHECO, Mariana do Carmo. "Diferentes significados de alguns coletivos"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/gramatica/diferentes-significados-alguns-coletivos.htm. Acesso em 28 de janeiro de 2025.

encontrava imensa felicidade na água e a despedida do mar frequentemente era motivo de lágrimas.

Minha família, embora enfrentasse limitações financeiras, sempre soube valorizar as pequenas alegrias da vida cotidiana. Essa capacidade de apreciar o essencial nos permitiu viver uma infância plena e feliz, mesmo diante das adversidades.

Ao atingir a maioridade, aos dezoito anos, minha trajetória tomou um rumo que me recorda o movimento do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) durante seu período reprodutivo, quando abandona as tocas no manguezal e segue um deslocamento lento e nômade (NASCIMENTO, 1993). Assim como esse crustáceo, que segue os caminhos do mangue até alcançar o mar, eu também me aventurei além dos limites conhecidos. Deixei para trás as lamas da feira de Peixinhos e percorri quilômetros até encontrar, em Itamaracá, um novo horizonte onde me conectei definitivamente ao ambiente marinho.

2.1 A Ilha

"De onde eu venho tem nome
tão grande que não se esconde.
Me orgulho em te mostrar
os encantos sobre essa Ilha
A bela Itamaracá."
(MORAES, Flávia S.; SAMPAIO, Malu R.; SOUZA, Natália A. 2024)

O nome "Itamaracá" tem origem na língua tupi e carrega um significado poético: "pedra que canta", resultante da junção dos termos "itá" e "mbara'ká" (COUTINHO, 2018). Essa terra encantada, banhada pelo Oceano Atlântico e contornada pelo Canal de Santa Cruz, tem em sua essência a herança dos povos originários, os índios Tabayrés (Tabajaras), pertencentes à mesma casta dos Cahetés. Seus primeiros habitantes, foram náufragos que encontraram refúgio nesse pedaço de paraíso (LOPES, 1989).

Com seus 65,4 km² de beleza singular, Itamaracá abriga o Rio Jaguaribe, que nasce na Mata do Engenho Amparo e serpenteia a ilha até desaguar no estuário da Praia do Sossego. Antigamente uma pacata povoação de pescadores, a ilha hoje se conecta ao continente pela Ponte Getúlio Vargas (MAGNO, 1989). Mas antes de nos aprofundarmos em sua contemporaneidade, vale navegar por suas memórias, guiados pelo olhar atento de José

Lopes[4], que nos transporta para um tempo em que Itamaracá era uma pequena aldeia de aconchego e fraternidade:

Segundo Lopes (1984), a população de Itamaracá na época era tão pequena que qualquer pessoa aqui residente conhecia perfeitamente as casas existentes e as pessoas que nela residiam. Uma aldeia onde todos se irmanam em um só sentimento, o de viver paradisíacamente em paz. (LOPES, 1989, p. 114)

Itamaracá é um nome de peso no litoral pernambucano, onde a história e a tradição se entrelaçam em um cenário de rara beleza. Terra de engenhos e salinas rudimentares, da pesca artesanal de rede, covo[5] e curral[6], das jangadas de vela e vara. Seu folclore vibrante se expressa na ciranda de Lia, no coco de roda e no maracatu. Celebra-se a tradição nas Buscadas[7] e na bandeira de São João em Vila Velha, no fandango, no bumba meu boi e no pastoril (LOPES, 1989).

Neste solo fértil, brotou a doce manga Jasmim e as suculentas uvas que estampam sua bandeira. No horizonte, os altos coqueiros desenham a paisagem de Jaguaribe, enquanto o cajueiro das mestras doceiras e o 'Mexidinho Caeté'[8], tradição dos pescadores, carregam a cultura alimentar local. É uma terra de benzedeiras e curandeiras, de histórias sussurradas sobre a barcaça de travessia e suas lendas misteriosas. De trepadores de coqueiro ágeis como o vento, de veranistas em busca de descanso, de marisqueiras que colhem os tesouros do Rio Jaguaribe e de pescadores que, sob um céu estrelado, encontram o caminho de volta para casa (LOPES, 1989).

Itamaracá não é apenas um lugar, é um sentimento, um encanto que ressoa como uma melodia suave, tal qual a pedra que canta. E foi nesse lugar, de beleza ímpar e de uma cultura extremamente forte que encontrei um recomeço, onde construí minha família e me inseri no contexto do território pesqueiro. Em 2002, conheci José Luiz, hoje meu esposo, e nos casamos pouco tempo depois, em um encontro de almas.

Ele, pescador desde a infância, exercia a função de proeiro[9] em uma embarcação de médio porte[10]. Aprendeu esse ofício enquanto trabalhava com seu pai, meu sogro, Zé D'Irene.

---

[4] José Lopes de Albuquerque, nativo de Itamaracá, exerceu cargos de: Presidente da Colônia de Pescados CZ-11, Vereador e Prefeito do município de Itamaracá. Autor de "Histórias e Segredos de um Ilha"(1989).

[5] Armadilha artesanal móvel para captura de peixes, crustáceos e moluscos.

[6] Armadilha fixa de pesca, tem forma de um coração com a entrada colocada para o lado da praia onde os fechem vem em cardumes (LOPES, 1989).

[7] É uma tradicional procissão marítima dedicada aos Santos Católicos, com acompanhamento de Jangadas, barcos motorizados, canoas e todo tipo de embarcações existentes na Ilha.

[8] Pirão grosso de peixe e crustáceos, criado pelos índios Caheté e perpetuado pelos pescadores.

[9] Proeiro: Tripulante que trabalha na proa das embarcações, exercendo atividades diversas.

[10] Uma embarcação de médio porte é aquela que tem comprimento inferior a 24 metros, excluindo as embarcações miúdas como canoas e jangadas.

Depois de uns anos ele passou a trabalhar como mestre[11] de embarcação e recebia um valor adicional, mas ainda assim serviam ao dono da embarcação, que não pescava e era dono de peixarias. No ano seguinte, nasceu nosso filho, Luiz Felipe, enquanto o pai se encontrava em atividade no mar. Por muitos anos, desempenhei o papel de esposa de pescador, dedicando-me às atividades do lar e à criação de nosso filho.

Minha vida girava em torno da rotina pesqueira, marcada pela catação e pelo beneficiamento de produtos do mar, sem que houvesse perspectiva de mudanças significativas. Além disso, assumi múltiplos papeis, como o de mãe, irmã, filha e tia, participando intensamente das dinâmicas familiares e comunitárias do território onde vivia. Durante muito tempo, acreditei que minha existência estaria limitada a essa realidade cotidiana, permeada por uma autoestima fragilizada e pela percepção limitada de oportunidades para adquirir novos conhecimentos.

Essa visão de vida, no entanto, reflete o que Sorj (2010, p. 58, apud LEITÃO, 2013, p. 35) descreve como a naturalização da mulher como coadjuvante na cadeia produtiva da pesca, resultado de normas sociais que associam o feminino à domesticidade. Essas normas se manifestam na divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres, de forma prioritária, a responsabilidade pelos cuidados com a família, reduzindo suas atividades à condição de ajudantes. Esse conjunto de tarefas, muitas vezes invisibilizado, é descrito por Leitão (2013, p. 35) como cuidado, um termo que abrange diversas atividades voltadas ao bem-estar de outros, frequentemente realizadas na forma de trabalho não remunerado. Essa dinâmica reforçava em mim a sensação de que meu papel estava confinado às expectativas sociais, sem espaço para transformações ou conquistas individuais.

Segundo Leitão (2013), a identidade das mulheres pescadoras é um elemento central na construção de pertencimento, sendo necessário reivindicar políticas públicas específicas que contemplem nossas demandas, como o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados para a mariscagem. Além disso, é fundamental ampliar os direitos das trabalhadoras da pesca que atuam em terra ou nos processos de beneficiamento do pescado. Como muitas mulheres, eu também desempenhava atividades diversas no regime de economia familiar: vendia e processava o pescado, limpava redes, realizava a manutenção de embarcações e, frequentemente, colaborava nas tarefas do meu marido.

[11] Na disposição dos trabalhos nas embarcações de médio porte, o mestre é o responsável por comandar o barco. O trabalho do mestre não se restringe apenas à cabine. Ramalho (2006) descreve o Mestre como portador de um legado, responsável por organizar a equipe com base na ética pesqueira da boa convivência, reciprocidade e cooperação.

A Lei n° 11.959, de 29 de junho de 2009, que regulamenta a atividade pesqueira, reconhece a amplitude do trabalho que realizamos. Essa legislação define a atividade pesqueira como abrangendo processos de pesca, cultivo, conservação, transporte, comercialização e pesquisa de recursos pesqueiros. No parágrafo único, a lei descreve como pesca artesanal tarefas como a confecção e reparo de petrechos de pesca, manutenção de pequenas embarcações e processamento do produto da pesca artesanal, atividades que exercemos diariamente, nós mulheres da pesca (BRASIL, 2009).

No entanto, por não possuir carteira profissional, as desvantagens eram inúmeras e isso me fazia constantemente refletir sobre a possibilidade de procurar outros meios de vida. Apesar disso, a catação proporcionava momentos de convivência e troca com outras mulheres. Entre conversas sobre a vida, receitas compartilhadas e histórias familiares relembradas, sentíamos que, embora a atividade fosse extremamente cansativa, ela tinha um significado maior. Sabíamos que a mariscagem era praticada, em grande parte, para a preservação da nossa cultura e para o consumo próprio, o que reforçava nossa identidade e resistência.

Em 2019, enfrentamos uma situação crítica: o derramamento de óleo[12]. Esse desastre ocorreu justamente no final do inverno, quando as condições para quem vive da pesca costumam melhorar. Tudo parou. Não conseguíamos nos alimentar do pescado, muito menos vender ou catar marisco. A comunidade se mobilizou para retirar o óleo com as mãos, sem qualquer conhecimento sobre a procedência do material. Não houve indenização nem benefícios de urgência que pudessem nos ajudar a sobreviver na época. Como um pescador, catador ou marisqueira podem viver sem comer e sem pescar o peixe? A resposta foi um silêncio ensurdecedor. Todos esses caminhos de dificuldades e invisibilização me deixaram profundamente desanimada com nossa condição de vida.

A pesca é uma profissão incerta e arriscada. Muitas vezes, as embarcações quebram e deixam os pescadores à deriva. Enquanto isso, nós, mulheres, esposas, mães e filhas, vivemos a angústia e a ansiedade pelo retorno seguro de nossos companheiros. A mulher fica em terra com os olhos e o coração no mar, à espera. São inúmeras as batalhas travadas no oceano. Em uma dessas ocasiões, no dia 8 de dezembro de 2022, a embarcação em que meu companheiro trabalhava naufragou, deixando-o à deriva com mais três tripulantes por 24 horas. Felizmente, ninguém se feriu, e todos foram resgatados com vida, o que, em uma situação como essa, é o mais importante.

[12] Derramamento do óleo: a investigação da Polícia Federal apontou um navio petroleiro de origem grega como sendo o responsável pelo vazamento de óleo no mar (WWF-BRASIL, 2020).

Após esse acontecimento, tivemos que recomeçar. Quando um barco naufraga, não há indenizações ou auxílios. Os pescadores ficaram desempregados, traumatizados e contando apenas com a caridade da comunidade. Apesar de tudo o que perdemos, decidimos mudar e não trabalhar mais para embarcações de terceiros. Com muita luta e trabalho, conquistamos o nosso material de pesca, como redes e covos e, posteriormente, realizamos o sonho de ter nossa própria embarcação, a Jangada[13] (Imagem 1).

Imagem 1: A nossa Jangada, Natália.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

A pesca realizada na Jangada tem características mais artesanais. Navegamos a poucas milhas de distância no mar-de-fora[14], como a pesca de covo, e o trabalho é de base familiar, podendo também, desenvolver diversas atividades pesqueiras no mar-de-dentro[15], com a rede de espera[16], a pesca de linha e a catação de mariscos e caranguejos. Além disso, trata-se de uma embarcação mais segura, sem os riscos de naufrágio, o que nos permitiu conquistar autonomia e reconstruir nosso sustento. E aqui estamos estabelecidos, na Comunidade do Bairro Novo[17].

A comunidade do Bairro Novo (Imagem 2) é composta por famílias que vivem e trabalham na atividade pesqueira, caracterizando-se como um aglomerado de caiçaras[18], que divide o território da praia com os bares, as pousadas e as casas de veraneio. Nesse local,

[13] Embarcação de pequeno porte, feita em madeira, utilizada por pescadores artesanais.
[14] Mar-de-fora é o oceano. Em Itamaracá, os pescadores consideram Mar-de-fora a partir de 2 milhas de distância, quando ultrapassam os currais, que são as armadilhas fixas.
[15] Mar-de-dentro diz respeito às águas próximas ao litoral e estuários.
[16] A rede de espera, como a palavra já diz, é o tipo de rede de malha grossa, em que pescadores e pescadoras "esperam" um tempo para despescar. Diferente da Rede de tarrafa que é lançada e despescada na hora.
[17] Bairro Novo é um bairro do município da Ilha de Itamaracá, onde fica localizada a comunidade homônima.
[18] Construção artesanal semelhante a uma palhoça, feita com madeira de mata e coberta de palha. Os pescadores usam para armazenar materiais de pesca como rede e armadilhas (covo), além de funcionar, eventualmente, como moradia.

encontram-se embarcações maiores, como barcos de médio porte, além de jangadas e baiteras (canoas). Na comunidade, são produzidos materiais de trabalho, como armadilhas (covos), as redes de pesca são costuradas, embarcações são consertadas e os peixes, vendidos e beneficiados. O espaço também serve como local de descanso e lazer para os moradores.

Imagem 2: Comunidade do Bairro Novo em Itamaracá.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Diante dos desafios de viver da pesca, muitas vezes buscamos outros trabalhos para sobreviver, mas, quando tudo falhava, o mar sempre nos acolhia de volta. Não era apenas a necessidade que nos ensinava a tirar sustento do mar, mas também a paixão pelo ofício, que nos mantinha conectados à cultura da pesca e ao sentimento de pertencimento. Passamos por muitos subempregos na tentativa de seguir em frente, mas percebemos que optar por viver do mar e do mangue, ser pescador e pescadora, é escolher a liberdade. Apesar dos inúmeros problemas enfrentados, é essencial buscar soluções para continuar a preservar esse modo de vida.

No entanto, uma transformação significativa aconteceu. Concluí o ensino médio e, com determinação, prestei o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) por cinco vezes até conquistar minha tão desejada vaga na universidade. Esse marco foi um divisor de águas, pois compreendi que, além de sonhar, também tinha o direito e a capacidade de realizar meus sonhos. Essa conquista foi como um rio que, ao seguir seu curso, traça novos meandros, contornando desafios e explorando caminhos inesperados, até desaguar no vasto mar de horizontes ampliados e possibilidades renovadas em minha vida.

2.2 Mar da Agroecologia

> “Com quantos gigabytes se faz uma jangada um barco que veleje que
> veleje nesse informar que aproveite a vazante da informaré.”
> (GIL,Gilberto. 1997)

Em 2021, assim que foi publicado o edital do Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular (BACEP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), realizei minha inscrição e consegui a vaga. No dia 30 de agosto do mesmo ano, iniciei minha navegação pelos mares da Agroecologia, mas essa jornada começou de forma online, devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19[19]. Mesmo não sendo as condições ideais para iniciar um curso de Agroecologia, essa é uma ciência urgente nesses novos tempos. Foi necessário aproveitar as ferramentas disponíveis para disseminar seus princípios e práticas, mesmo em contextos adversos. Esse contexto histórico, repleto de desafios e adaptações, teve grande impacto na maneira como passei a enxergar a Agroecologia naquele momento. A navegação, ainda que virtual, tornou-se um exercício de criatividade e resiliência, revelando que, com as ferramentas adequadas, é possível dar forma a novos caminhos, assim como a “jangada de gigabytes” mencionada na canção de Gilberto Gil (1997).

Nesse cenário, a Agroecologia revelou-se ainda mais relevante. De acordo com Altieri e Nicholls (2020), em um período marcado por mudanças climáticas extremas, tensões sociais, incerteza econômica e a pandemia de COVID-19, a Agroecologia destacou-se como uma base de transição para uma agricultura sustentável. Esses autores afirmam que sistemas agroecológicos, por exibirem altos níveis de diversidade e resiliência, são os mais capazes de enfrentar desafios futuros.

Além do período pandêmico, vivíamos um momento político de muita incerteza e desinformação. Essa fase trouxe consigo um aumento significativo na preocupação com a sobrevivência e a alimentação. Para assegurar a sazonalidade do inverno, adotamos estratégias diversas. Fiz cursos sobre hortas em pequenos espaços e produção de ovos na agricultura familiar oferecidos pela EMBRAPA e, durante as pesquisas, percebi que muitas dessas práticas já eram utilizadas por minha mãe, Dona Cosma, em seu quintal. Isso trouxe

[19] A COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia em 11 de março de 2020. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), essa designação, "pandemia", reconheceu a existência de surtos em diversos países e regiões do mundo, o que demandou adaptações em diversas áreas, incluindo a educação e a produção de alimentos (BRASIL, 2022).

várias lembranças dela falando sobre as plantas, suas funções, a criação de galinhas e o vasto conhecimento que tinha sobre a vida.

De acordo com Jalfim (2008, p. 38), a criação de galinhas de capoeira representa para muitas mulheres uma oportunidade, entre outras, em sua luta por uma maior autonomia econômica e reconhecimento social.

Como dependíamos exclusivamente da pesca nesse período, e o inverno sempre trouxe incertezas, aumentamos a produção de galinhas no quintal para garantir o consumo próprio e a venda dos excedentes. Além disso, cultivávamos hortaliças, tuberosas e condimentos, que não apenas nos alimentavam e serviam de ração para as galinhas, mas também proporcionavam momentos de ocupação em família. Essa prática nos remetia à infância, quando nossas mães (Minha mãe Cosma e minha sogra Célia) criavam e cultivavam em seus quintais. Sem perceber, resgatamos uma atividade que estava se perdendo em nossa família: a produção em quintais domésticos (Imagem 3).

Imagem 3: Criação de galinhas de capoeira em nosso quintal produtivo.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Conforme Jalfim (2008, p. 33), destaca-se a grande importância da criação de galinhas de capoeira nos agroecossistemas tradicionais, considerando o papel que desempenham na soberania alimentar, na geração de renda e no empoderamento das mulheres.

A Agroecologia, como ciência integradora e contra-hegemônica, sempre me chamou a atenção por seu compromisso em resgatar saberes e práticas da agricultura familiar e de povos tradicionais, muitas vezes marginalizados pela ciência convencional.

Alinhado com a dimensão agroecológica, Jalfim (2008) traz a seguinte indagação:

> Na sua trajetória, a Agroecologia assumiu um enfoque integral dos processos agrários, buscando a complementaridade entre vários ramos da ciência, tomando como fundamento teórico-metodológico central de sua ação uma agricultura sustentável, o resgate e a valorização dos sistemas de conhecimento e práticas agrícolas das culturas da agricultura familiar, locais e indígenas, transmitidas e conservadas por gerações (Guzmán Casado, González de Molina & Sevilla Guzmán, 2000, apud JALFIM, 2008, p. 71).

Esse enfoque começou a fazer mais sentido para mim durante a pandemia, um momento em que minha relação com a terra ganhou um novo significado. Em meio à tristeza e às incertezas, plantar em meu quintal tornou-se um ato de resistência, quase como um ritual de esperança. Era como se cada semente plantada carregasse o simbolismo de dias melhores por vir.

Essa experiência me fez refletir sobre como, ao longo do tempo, os quintais vivos deram lugar aos quintais de concreto, reflexo de uma urbanização que nos desconecta das práticas agroecológicas e da terra. Produzir no meu quintal foi uma forma de romper essa lógica, um reencontro com a simplicidade e a vida. Foi tão transformador que decidi me aprofundar nos estudos, e, assim, a Agroecologia entrou na minha vida de maneira mais intensa, oferecendo ferramentas para compreender melhor o que eu vivia na prática.

A dimensão técnico-produtiva da Agroecologia me trouxe novos olhares sobre o manejo sustentável, como o uso integrado dos solos, a diversificação de culturas e o aproveitamento de recursos locais. Cada prática que eu aprendia reforçava a sensação de pertencimento à terra e o poder que esse vínculo tem de nos fortalecer. Produzir no meu quintal não foi apenas sobre plantar alimentos, foi um processo de ressignificação. Era o resgate de saberes e práticas que carregam gerações de histórias, algo que sempre me pareceu essencial e que, ao mesmo tempo, resistia às bases teóricas da ciência convencional.

Hoje, ao refletir sobre minha trajetória, percebi como a Agroecologia me proporcionou não apenas um caminho para transformar o ambiente ao meu redor, mas também uma oportunidade de transformação pessoal. Isso ocorreu ao compreender que a Agroecologia ultrapassa as práticas agrícolas, sendo o movimento agroecológico a principal semente dessa ciência. Conforme mencionado por Tavares de Lima (2021), a Agroecologia transcende a ideia de agricultura convencional, incorporando elementos culturais e modos de vida que expressam a forma como os seres humanos enxergam e interagem com o mundo. Em tempos desafiadores, plantar vidas tornou-se minha maneira de resistir, encontrar esperança e reafirmar meu vínculo essencial com a terra.

Na Agroecologia há uma diversidade de campesinatos. Antes mesmo de me reconhecer como agricultora urbana, já fazia parte do campesinato das águas, mesmo sem ter conhecimento desse termo. Essa vivência, tão pessoal e transformadora, é uma parte fundamental de quem sou. Agora, com o entendimento acerca do campesinato das águas, encontro novas formas de confluir meu trabalho e minha identidade com o cuidado aos territórios pesqueiros e seus saberes.

2.3 Porto BACEP

Ao atracar no porto BACEP, cheguei sem entender exatamente como tudo funcionaria, mas com um grande desejo de abastecer meu barco com conhecimentos. Esse curso, fundamentado nos princípios da Vida, Diversidade, Complexidade e Transformação, aliado à ciência, prática e movimento, com certeza, é um porto digno de ancoragem. O porto acolhe em seu cais, os navegantes, promovendo trocas de experiências. Contudo, o porto é transitório, ele não prende, mas dá força para seguir adiante.

O curso tem como prioridade atender agricultoras e agricultores familiares, camponesas e camponeses, pescadoras e pescadores de base familiar, além de comunidades tradicionais, como extrativistas, quilombolas e indígenas. Destina-se a quem busca uma formação interdisciplinar, com o propósito de compreender e transformar os etnoagroecossistemas sob uma perspectiva agroecológica. Nesse contexto, o BACEP foi implantado com o objetivo de formar profissionais a partir de uma abordagem holística e sistêmica, capacitando-os a atuar na superação dos desafios gerados pela grave crise ambiental, social, econômica, política e ética enfrentada atualmente (AGUIAR, 2024). Esse espaço reúne pessoas determinadas para transformar o mundo, sendo ideal para navegar novos caminhos, tecer redes e construir conhecimentos.

No primeiro período, mergulhamos no eixo "Conhecer o Etnoagroecossistema a partir das relações entre Agroecologia, Campesinato e Educação Popular". Nossa primeira missão foi desenhar, manualmente, o mapa do território em que iríamos atuar ao longo do curso, nossa comunidade, nosso agroecossistema.

A metodologia do mapa do território foi uma importante ferramenta, pois me permitiu visualizar a grandiosidade do território da Ilha de Itamaracá (Imagem 4), semelhante a uma

carta náutica[20], servindo como base para a navegação que seria feita a partir daquele momento dentro do meu território, como uma imersão[21].

Imagem 4: Desenho do mapa do território (Carta Náutica), ferramenta de Diagnóstico Rural Participativo(DRP)

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2025.

De acordo com o Diagnóstico Rural Participativo (VERDEJO, 2010), os mapas são representações visuais que ajudam as comunidades a identificar a distribuição dos recursos naturais, incluindo áreas de ocupação, fauna, flora, zonas de cultivo e infraestrutura social, além de apontar conflitos e problemáticas, fomentando o diálogo e a gestão sustentável do território. Durante esse processo, criar o mapa à mão estabeleceu uma relação de proximidade e afetividade com minha Ilha, revelando histórias desconhecidas, como a das heroínas de Tejucupapo, da cidade de Goiana que faz divisa com Itamaracá, figuras que não aprendi na escola nem vi nos livros didáticos. Redescobri a cultura, as riquezas naturais, a pesca e o turismo comunitário da minha Ilha.

No segundo período, analisamos as características ecológicas, culturais, políticas, econômicas e sociais dos territórios camponeses, suas formas de vida, luta e resistência, além de identificar mestres e mestras detentores dos saberes tradicionais da ilha. A indicação do texto “Agroecologia e Conhecimentos Tradicionais: Um olhar sobre experiências de povos e comunidades” de Marcos Figueiredo, trouxe luz a essa temática. Em seu texto, Figueiredo (2017) reflete que a Agroecologia e os conhecimentos tradicionais estão inseridos em

[20] As cartas náuticas são consideradas documentos cartográficos, resultantes de levantamentos obtidos em áreas marítimas e cujo objetivo é servir como base para a navegação.

[21]Imersão, etimologicamente derivada do latim “*immersĭo*”, significa "mergulho" e refere-se ao ato de introduzir-se ou introduzir algo em um fluido, como água. Além disso, o termo pode ser usado para descrever a inserção de alguém em um ambiente, seja ele real ou imaginário. No contexto geral, é o ato de mergulhar física ou simbolicamente em uma experiência ou meio (PACIFICO, 2020).

contextos de enfrentamento à negação de suas culturas, saberes e aos desafios impostos aos seus direitos e territórios, vinculados à colonialidade de saberes. Ele destaca que, no campo agroecológico, é essencial reconhecer as raízes culturais dos grupos sociais, adotando uma abordagem que integre e valorize os diferentes conhecimentos, sem descartá-los. Assim, a perspectiva teórico-metodológica da Agroecologia requer uma postura crítica em relação ao pensamento científico dominante, propondo colocar os saberes acadêmicos a serviço de povos e comunidades historicamente excluídos, como parte de um engajamento político voltado para transformações sociais.

O terceiro período, guiado pelo eixo "Planejar e Agir na Transformação do Etnoagroecossistema", marcou um momento singular e profundamente simbólico em nossa jornada formativa. Foi nesse ciclo que vivenciamos o tão esperado retorno às aulas presenciais, após um longo período de distanciamento imposto pela pandemia da COVID-19. Mesmo diante das restrições sanitárias e do uso obrigatório de máscaras, pudemos, enfim, estar novamente no campus da UFRPE, um reencontro com o espaço físico, com a natureza, e sobretudo, com o outro.

Ao ar livre, sob a sombra das árvores, escutando o sussurrar dos ventos e sentindo sob os pés o chão que sustenta nossa caminhada, redescobrimos a força do coletivo. Aprendemos, ainda que com gestos contidos, a abraçar com os olhos, a compartilhar afetos mesmo que atravessados pela timidez e pelo cuidado. A pandemia nos exigiu adaptações e resiliência, e o retorno presencial também exigiu uma reeducação emocional. Estávamos vacinados[22], com doses de reforço, e tomados por uma esperança renovada. Era um recomeço esperado com ansiedade e emoção, um reencontro com a vida em sua expressão mais humana e comunitária.

A presencialidade, antes tão naturalizada, se revelou em sua plenitude: insubstituível. Após meses de interação restrita às telas frias dos computadores, reencontrar os corpos, os olhares e os silêncios compartilhados foi um aprendizado à parte, um exercício de presença, escuta e conexão. Este reencontro só foi possível graças à dedicação e ao preparo de um coletivo docente comprometido, que nos acolheu com sensibilidade e responsabilidade, garantindo que as vivências pedagógicas ocorressem com segurança e profundidade. Sob a orientação de Felipe Jalfim, Ywanoska Gama, Virgínia Aguiar e Joanna Lessa, tivemos a

[22] Segundo a Organização Mundial da Saúde, o vírus da COVID 19 poderia não desaparecer. A partir desse entendimento, houveram esforços para a produção da vacina, sendo ela a melhor ferramenta de combate ao vírus. Todos os imunizantes foram testados e aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

oportunidade de experimentar dinâmicas presenciais essenciais para a formação proposta pelo curso.

As aulas tornaram-se momentos vivos, intensos e afetivos, enriquecidos pelas místicas, pelas instalações pedagógicas (Imagem 5) e pelas práticas que só a vivência em grupo, no território, pode proporcionar.

Imagem 5: Montagem da instalação pedagógica para a apresentação da culminância[23].

Fonte: Arquivo BACEP, 2024.

Segundo Alvim (2013), as instalações pedagógicas são definidas como ambiências compostas por elementos da realidade. Essas instalações, organizadas como obras de arte contemporânea, promovem a reflexão por meio de diferentes linguagens como a escrita, imagens, símbolos e tato, rompendo com a exclusividade da oralidade. Ao mesmo tempo, evocam os sentidos e emoções, integrando processos educativos que refletem uma atuação crítica, artística e complexa das vivências individuais e coletivas (AGUIAR, 2017). Durante a construção das instalações nas aulas, aos poucos consegui inserir elementos de pesca, como peixes, barcos e redes. Pequenos gestos simples, mas com um grande significado de pertencimento, que me permitiram conectar as atividades pedagógicas à minha história e identidade.

Destaque também para a abordagem da "Criação Animal Agroecológica", apresentada pelo professor Felipe Jalfim, que proporcionou uma mudança de paradigmas mesmo numa perspectiva extrativista. Ywanoska Gama abordou os Processos Grupais, promovendo debates fundamentados em autores como Josué de Castro e Jorge Tavares de Lima com o

[23] A culminância é uma atividade interdisciplinar realizada ao final do semestre, integrando ensino, pesquisa e extensão. Seu objetivo é sintetizar as aprendizagens do período por meio de uma construção coletiva, envolvendo toda a turma. As apresentações podem ser feitas em diferentes formatos, destacando as principais ideias discutidas ao longo do semestre (PPC, 2019)

texto “Camponês Caranguejo” e Joanna Lessa, que discutiu a extensão rural pesqueira. Aos poucos, fui percebendo parte desse ambiente, entendendo que sou BACEP e não mais um peixe fora d'água.

O quarto período aprofundou a temática do feminismo com Gilvania Azevedo, cujo movimento fundamenta a Agroecologia, além de debates sobre alimentação e sociedade com a professora Maria Zênia. Discutimos a persistência da fome e a cultura alimentar, destacando a riqueza nutricional da culinária pesqueira. No quinto período, com eixo “Agir no Etnoagroecossistema a partir da Agroecologia, Campesinato e Educação Popular" tivemos atividades práticas como as trilhas ecológicas mediadas pelos Professores Marcos Figueiredo e Walter Evangelista, onde adaptei o trajeto ao mar, mangues e viveiros, proporcionaram análises sensoriais dos impactos das atividades pesqueiras.

No sexto período, foi abordado a temática “Gestão das Águas”, explorando o campesinato das águas e culminando na produção de um cordel, nomeado “Além do Mar de Itamaracá” produzido pelas minhas parceiras de grupo, Flávia Moraes, Malu Sampaio e eu, inspirado em Itamaracá e nas gentes do mar.

Um outro momento marcante nesse período, foi com o tema “Sistematização” onde o professor José Nunes, nos pediu que escrevêssemos uma carta pedagógica abordando momentos importantes de nossa trajetória e os principais aprendizados.

Nesse momento, percebi a ausência de referencial teórico que abordasse o campesinato das águas. Até então, a única referência que eu tinha era o texto de Jorge Tavares de Lima, que, embora excelente, é um artigo pequeno e não aprofunda a temática. No dia da culminância, o professor José Nunes me presenteou com o livro de Theresinha J. P. Fraxe, intitulado *Homens Anfíbios: Etnografia de um Campesinato das Águas*. Não consigo descrever a importância desse gesto, foi um carinho, um abraço.

O sétimo período, com o eixo “Avaliar, Analisar e Sistematizar a Ação no Etnoagroecossistema”, foi marcado pela análise da resiliência comunitária, tema ministrado por Maitê Maronhas a convite da Professora Ana Cláudia e Expressões Culturais com Joanna Lessa, vivenciadas nas imersões em Itamaracá e na Ilha de Deus, experiências que marcaram um divisor de águas para mim, consolidando minha jornada nesse porto.

Por fim, no oitavo período, participei do II Congresso Internacional de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (2º CIADET) onde, junto a Flávia Moraes e Malu Sampaio (Imagem 6), apresentei um trabalho intitulado “Territórios e Resiliência: relato de experiências da imersão pedagógica em comunidades pesqueiras da Região Metropolitana de Recife.”

Imagem 6: Flavia Moraes, Malu Sampaio e eu, na instalação pedagógica do 2º CIADET.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Foi o momento de consolidar todo o conhecimento acumulado, um ciclo de muitos aprendizados. A experiência no porto BACEP revelou que não fomos feitos para permanecer à beira do cais, contemplando barcos e navios partirem. É hora de levantar a âncora e começar a velejar, conduzindo os sonhos ao horizonte.

Ao atracar no porto BACEP, as vivências e aprendizagens adquiridas me proporcionaram segurança e coragem para continuar a explorar e transformar. Mareando, entre as águas que me movem internamente com as águas que navego externamente (MENESES, 2024). Entre todos os aprendizados que abasteceram meu barco, decidi velejar mais profundamente pelos caminhos do Campesinato das Águas e da Resiliência Comunitária, temáticas que marcaram minha vivência nos Estágios Supervisionados (ESO) I e II. Esses percursos tiveram imensa importância não apenas na minha trajetória de formação, mas também no meu processo de vida, reforçando meu compromisso com a construção de um futuro mais sustentável, coletivo e justo.

3. Campesinato das águas: Conceito e pertencimento

“ Ah, esse povo do mar!”
(Cristiano Ramalho)

O termo “Campesinato das Águas” foi apresentado pelo professor Jorge Tavares de Lima em um texto didático intitulado “Camponês caranguejo”, onde ele discorre sobre os vários campesinatos e seus respectivos agroecossistemas. Segundo Jorge Tavares, ser

camponês depende da cultura, da história, do território, está intrinsecamente ligado à reprodução social e subsistência da família, principalmente por viverem em uma economia de escassez, poucos recursos e poucas oportunidades. Nesse sentido, Tavares de Lima (2021) me fez perceber as semelhanças que existem nos diversos modos de ser camponês.

> Há muitas formas de camponeses. Na maioria das vezes buscamos o singular: Camponês. No entanto, devemos considerar a perspectiva plural: camponeses. Depende da cultura, portanto do lugar, do ambiente, da história, das condições que possuem, por exemplo ter terra ou não, morar na cidade ou não, e assim por diante. O que caracteriza os camponeses é sua cosmovisão e racionalidade. (TAVARES DE LIMA, 2021, p. 4)

O trecho de Tavares de Lima (2021) aborda a pluralidade do campesinato, reconhecendo as diversas configurações culturais, territoriais e históricas que moldam a identidade e a prática dos camponeses. Ao enfatizar que o campesinato não se restringe a uma definição singular, mas sim a uma construção plural e dinâmica, o autor nos convida a ampliar a compreensão sobre o conceito. Ele sugere que o que une esses diferentes grupos é uma cosmovisão e uma racionalidade próprias, enraizadas no modo como se relacionam com a terra, a água e o ambiente ao seu redor.

Essa reflexão é particularmente relevante quando aplicada à minha vivência em Itamaracá, onde a ideia de "camponeses das águas" emerge como uma construção identitária singular. Minha comunidade, inserida em um território marcado pela relação histórica e cultural com o ambiente aquático, seja por meio da pesca, do manejo sustentável ou das práticas culturais ligadas às águas, exemplifica como o conceito de campesinato transcende o vínculo exclusivo com a terra.

Os "camponeses das águas" podem ser entendidos como sujeitos cuja racionalidade e cosmovisão estão intrinsecamente conectadas ao ecossistema marinho e aos rios, aos ciclos naturais das águas e às práticas comunitárias de sobrevivência e resistência. Assim como Tavares de Lima (2021) sugere que o campesinato depende do lugar e das condições de vida, minha comunidade em Itamaracá reflete uma racionalidade específica, onde as águas são o eixo estruturante da vida social, econômica e cultural.

Ao me reconhecer como parte dessa realidade, não apenas entendo o conceito de campesinato, mas também reafirmo a importância de narrativas locais que ressignificam as categorias acadêmicas. Minha vivência territorial mostra que o campesinato das águas é tanto um modo de vida quanto uma expressão de resistência cultural, um elo entre tradição e inovação no cuidado com o ambiente e na luta por reconhecimento enquanto comunidade.

Homens Anfíbios: Etnografia de um Campesinato das Águas de Theresinha Fraxe aborda o campesinato das águas na perspectiva dos povos amazônicos, que é uma realidade muito peculiar e distinta do campesinato no Nordeste (que também apresenta variações dentro da própria região), entretanto, há muitas similaridades.

No trecho a seguir, Fraxe (2011) descreve perfeitamente as características dos camponeses das águas:

> Assim, este campesinato pode ser caracterizado com as seguintes peculiaridades: a) dependência e simbiose com a natureza, através dos ciclos naturais e dos recursos naturais renováveis, a partir dos quais se constroi um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou de espaço - o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns desses membros possam ter migrado para centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ou seja, produção de valores de uso para si e valores de uso para outros (mercadoria); f) reduzida a acumulação de capital; g) importância das simbologias, mitos e rituais associados ``à caça, à pesca e a atividades extrativistas; h) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente; i) fraco poder político que, em geral, reside nos grupos de poder dos centros urbanos; j) o trabalho com a terra é de policultivo de subsistência em sistemas agroflorestais; (...) m) a mão-de-obra utilizada é quase exclusivamente familiar; n) há extensa e intensa divisão sexual e social do trabalho na família; o) o trabalho artesanal é dominado pelo camponês e por sua família até o produto final; p) os meios de produção fundamentais são a terra e a água; (...) (FRAXE, 2011, p.79)

Durante a leitura do trecho de Therezinha Fraxe, reconheci de imediato várias semelhanças entre as características descritas por ela sobre o campesinato das águas e a vivência que tenho na Ilha de Itamaracá, na minha família e na nossa comunidade pesqueira. É fascinante perceber como, apesar das diferenças geográficas e culturais entre a Amazônia e o Nordeste, os modos de vida centrados na água compartilham tantas similaridades.

A relação de dependência e simbiose com a natureza, descrita por Fraxe (2011), reflete perfeitamente o que vivemos em Itamaracá. Aqui, o mar, os manguezais e os ciclos das marés ditam o ritmo da vida. Nosso sustento está intimamente ligado ao que a natureza nos oferece, seja através da pesca ou da catação. Assim como mencionado no texto, essa dependência vem acompanhada de um conhecimento profundo sobre os ciclos naturais. é característico das mulheres e homens, marisqueiras e pescadores, aprender com os familiares, desde criança, a observar os sinais do tempo, as fases da lua e como essas variáveis

influenciam a pesca e a colheita de mariscos. Esse saber, transmitido oralmente, é um patrimônio que carregamos com orgulho e que temos a preocupação e o compromisso de passar adiante.

A noção de território, tão forte na descrição de Fraxe (2011), também se aplica à nossa comunidade. Embora algumas pessoas da nossa família e muitas famílias por aqui tenham migrado em busca de oportunidades, muitas retornaram, sentindo o chamado das águas e da terra que nos formaram. Há uma forte conexão emocional e cultural com esse espaço, que vai além da geografia, é um território de pertencimento, onde nossas histórias e identidades estão enraizadas.

Outra similaridade marcante é a importância das atividades de subsistência. Na nossa comunidade, pescamos e colhemos frutos do mar para nosso próprio consumo, mas também para a comercialização em pequena escala, os excedentes, principalmente nos mercados locais. Esse equilíbrio entre valores de uso e valores de troca é essencial para a nossa sobrevivência e organização econômica.

As simbologias, mitos e rituais associados à pesca estão profundamente presentes em nossa cultura. Temos crenças ligadas ao mar, ao vento e aos espíritos que habitam os manguezais, e elas influenciam desde os momentos de trabalho até as celebrações coletivas como a Buscada e a Ciranda. Assim como Fraxe (2011) destaca, esses elementos não são meramente decorativos, eles são pilares de nossa identidade e da forma como nos relacionamos com o meio ambiente.

Por outro lado, também reconheço desafios comuns. A reduzida acumulação de capital e o fraco poder político mencionado no texto são realidades que enfrentamos em Itamaracá. A falta de políticas públicas voltadas para a pesca artesanal e o descaso dos centros urbanos com as comunidades costeiras são problemas que persistem e afetam nossa qualidade de vida. Além disso, o trabalho é majoritariamente familiar, com uma intensa divisão de tarefas entre homens e mulheres. As mulheres, em especial, têm um papel fundamental tanto na coleta quanto no preparo dos produtos, mas muitas vezes esse trabalho não é valorizado como deveria.

Ao refletir sobre essas semelhanças, percebo a importância de estudar e valorizar o campesinato das águas, pois ele oferece um espelho onde posso ver a minha realidade e, ao mesmo tempo, compreender as particularidades da nossa cultura. Apesar das dificuldades, sinto orgulho de fazer parte de uma comunidade que resiste e mantém viva essa relação ancestral com a terra, o mar e os ciclos da natureza.

A pesca artesanal, uma das atividades humanas mais antigas, foi essencial como fonte de alimento ainda antes do surgimento da agricultura, quando os povos primitivos se dedicavam à coleta de moluscos. Com o passar dos séculos, essa prática consolidou-se não apenas como um modo de vida e uma expressão da cultura alimentar local, mas também como um elemento fundamental na preservação dos ecossistemas e no fortalecimento da dinâmica sociocultural e econômica de diversos territórios (DIEGUES, 1983).

Em Pernambuco, a pesca artesanal mantém sua relevância como atividade indispensável para a subsistência das comunidades costeiras, sendo responsável por grande parte do pescado comercializado no estado. Segundo o "Cadastro de Pescadores Artesanais do Litoral de Pernambuco", realizado em 2019 pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) com dados fornecidos por associações e colônias de pescadores, cerca de 11.367 pescadores e pescadoras artesanais atuam na região. Essa atividade é marcada pelo uso de mão de obra familiar, bem como por técnicas e saberes tradicionais aplicados à captura (PERNAMBUCO, 2025).

Um estudo conduzido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), intitulado Iluminando as Capturas Ocultas – ICO/A Pesca Artesanal Costeira no Brasil (MATTOS et al., 2025), apresenta o Brasil como o 18º maior produtor de pescado no mundo (BRASIL-MPA 2013). Além disso, o Ministério de Pesca e Aquicultura (BRASIL-MPA 2013) divulgou os seguintes dados:

- Mais de 1 milhão de trabalhadores estão diretamente envolvidos na pesca em todo o país .
- Cerca de 3 milhões de pessoas atuam de forma indireta no setor .
- Aproximadamente 99,2% dos pescadores e pescadoras brasileiros se dedicam à pesca artesanal e de subsistência .
- Pequenas escalas de produção representam 60% da pesca nacional, sendo 65% provenientes da pesca marinha e estuarina.

Apesar de sua relevância econômica, social e cultural, as comunidades pesqueiras enfrentam grandes desafios. Conflitos em torno da defesa de territórios são frequentes, sobretudo em tempos de mudanças climáticas. O Estado brasileiro tem negligenciado sua responsabilidade de proteger essas comunidades, priorizando os interesses do grande capital em detrimento das populações tradicionais. Essa postura ignora o papel vital de pescadores e pescadoras artesanais na sociedade, tratando-os como invisíveis.

No entanto, uma recente decisão governamental trouxe uma importante conquista para o setor. Por meio da Portaria nº 966/2024 , publicada pelo Ministério do

Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) no dia 7 de março de 2024 , o pescado brasileiro foi incluído oficialmente na composição da cesta básica nacional (GOVERNO, 2024). Essa medida atende a uma demanda histórica do setor e foi viabilizada por meio da articulação do Ministério da Pesca e Aquicultura e da determinação direta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva . Segundo o ministro André de Paula, “Essa inclusão responde a uma reivindicação antiga do segmento pesqueiro. A pesca agora faz parte dos itens essenciais para garantir o direito humano à alimentação adequada e nutritiva.” A decisão reforça a importância de alimentos ricos em proteína de alto valor biológico, além de padrões de tradições e diversidades regionais do país. Ao promover o consumo da pesca e fortalecer a pesca e a aquicultura brasileira, a medida também contribui para a valorização econômica e cultural do setor.

A inclusão do pescado na cesta básica nacional é um avanço significativo, mas sua efetividade dependerá de políticas públicas que garantam uma implementação sustentável, assegurem o acesso a recursos, regularizem territórios e protejam o meio ambiente. É fundamental que essa medida gere impactos concretos para os pescadores artesanais, evitando que grandes indústrias monopolízem o mercado, e que se integre a um plano mais amplo de justiça social, preservação ambiental e fortalecimento das comunidades tradicionais, reconhecendo os homens e mulheres da pesca como protagonistas desse processo.

Como enfatiza Ramalho (2006), ser pescador vai além de uma profissão, é abraçar um projeto de vida singular, moldado pelo ritmo das águas e pelas dinâmicas das relações sociais. O modo de vida dos povos do mar e seus laços de pertencimento são forjados nas rotas que percorrem, nos desafios e conquistas que enfrentam e nos limites e oportunidades que os definem como um povo único.

Na Ilha de Itamaracá, por exemplo, as práticas da pesca estuarina, no "mar-de-dentro", e da pesca oceânica, no "mar-de-fora", são interconectadas enquanto manifestações sociais que refletem os impactos do capitalismo. Apesar das adversidades, pescadores e pescadoras artesanais revelam uma notável resiliência, desenvolvendo estratégias criativas para assegurar sua subsistência e defender seus direitos. Essa força de resistência destaca a necessidade de políticas que valorizem e reforcem suas práticas tradicionais, reconhecendo-as como fundamentais na construção de um futuro mais justo e sustentável para essas comunidades.

3.1 Resiliência Comunitária: Fortalecendo a cultura Pesqueira

A resiliência comunitária é um conceito que ganhou destaque ao longo da minha formação acadêmica, especialmente durante o sétimo período do curso, quando foi introduzido por Maitê Maronhas. A convite da professora Ana Cláudia, no âmbito da temática "Análise de Sustentabilidade", Maitê, mestranda em Ciências Ambientais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), trouxe uma reflexão profunda e instigante sobre o tema. Sua contribuição foi fundamentada na dissertação intitulada "Agroecologia e Convivência com o Semiárido: A Construção da Resiliência Comunitária entre Conhecimentos Tradicionais e a Inovação Social", em que aborda as características fundamentais para promover a resiliência em comunidades rurais.

Segundo Oliveira *et al.* (2018), a Resiliência Comunitária pode ser compreendida dentro de uma perspectiva holística, na qual o indivíduo está inserido em diferentes níveis interligados, incluindo o contexto pessoal, familiar e ambiental. Dessa forma, elementos de cada uma dessas esferas influenciam a maneira como os desafios serão enfrentados. No âmbito coletivo, a resiliência se manifesta por meio da capacidade de adaptação e superação de dificuldades em grupo.

Ao longo dos anos, os habitantes da Ilha de Itamaracá enfrentam desafios consideráveis, intensificados com a chegada do turismo. A geografia singular da ilha, que se torna atrativa para os visitantes, também impõe dificuldades significativas para seus moradores. De acordo com análises de Diegues (1998), o turismo capitalista promove uma visão idealizada e paradisíaca da ilha, amplamente divulgada pela mídia, que retrata como um refúgio de liberdade e prazer, distante das pressões da sociedade urbano-industrial. Esse processo, porém, afeta diretamente a cultura local e o modo de vida dos ilhéus, transformando a Ilha em um espaço moldado pelas demandas externas, mais próximo de uma extensão da metrópole do que de um ambiente autêntico e independente.

Os impactos negativos desse modelo de turismo são diversos e preocupantes. Entre eles, está a descaracterização cultural e a crescente poluição ambiental, que comprometem os recursos naturais essenciais para a subsistência da população local. Além disso, as limitações geográficas da ilha, combinadas com a escassez de recursos e a precariedade nos serviços básicos, como saúde, educação e saneamento, tornam a sobrevivência dos moradores ainda mais desafiadora. Assis (2001) observa que a convivência com os padrões urbanos, impostos pelo turismo altera profundamente as práticas socioculturais e espaciais dos ilhéus, enfraquecendo sua relação tradicional com o mar e os elementos naturais da Ilha.

Nesse contexto, a resiliência comunitária surge como uma necessidade vital em Itamaracá. Trata-se de um processo emergente que exige mais do que resistência às

adversidades, requer a integração de saberes tradicionais e científicos, a valorização da participação de diferentes grupos sociais, como mulheres e jovens, e a promoção de relações sociais mais equitativas. Conforme enfatizado por Maronhas *et al.* (2021), esses elementos são fundamentais para que as comunidades locais desenvolvam a capacidade de se adaptar aos desafios impostos pelas mudanças socioambientais e climáticas.

Ademais, destaca Diegues (1998) que:

> O morador das ilhas se defronta com um preconceito e com uma exclusão dupla: a de caiçara e de ilhéu. Este, para o veranista, sobretudo o recente, tem de ser socialmente desqualificado para que a conquista da ilha como território do maravilhoso, do paradisíaco possa ser realizada. O ilhéu é bom selvagem, faz parte do mundo natural somente quando aceita passivamente a expropriação de seu pedaço do paraíso, continua a fazer parte da paisagem natural enquanto toma conta da terra do novo dono. De bom selvagem, habitante do paraíso insular, parte da paisagem idílica com as diversas espécies animais e vegetais, o ilhéu-caiçara passa a ser considerado o destruidor do Éden. Nesse caso, o preconceito se torna uma ideologia que justifica a ação conquistadora (DIEGUES, 1998, p. 121).

Essa reflexão evidencia como o turismo, em seu formato capitalista, impacta qualidades na cultura pesqueira das Ilhas e reforça nosso argumento sobre o contexto da Ilha de Itamaracá. Ao transformar o pescador local em uma figura marginalizada, ora exaltado como "bom selvagem" que integra a paisagem, ora criticado como responsável pela destruição ambiental, o processo turístico desqualifica o saber tradicional associado à pesca e à subsistência comunitária. Essa dinâmica, sustentada por preconceitos e expropriações, não apenas desvaloriza a atividade pesqueira, mas também desarticula o vínculo histórico e cultural entre os Ilhéus e o mar, base da identidade coletiva e da sobrevivência econômica de Itamaracá.

O estudo da resiliência comunitária permite identificar os fatores que favorecem os processos coletivos de enfrentamento das adversidades. Esse conceito pode ser incentivado por meio da atuação conjunta da comunidade e de agentes externos, responsáveis por fornecer recursos físicos, econômicos e sociais que tornam a comunidade menos vulnerável e mais apta a superar os desafios (OLIVEIRA et al., 2018, p. 1735).

A resiliência comunitária, nesse contexto, torna-se uma estratégia necessária para a preservação da cultura pesqueira e do modo de vida local. A construção de soluções que integrem a valorização cultural, o manejo sustentável dos recursos e a resistência à exploração predatória do turismo é essencial para garantir que Itamaracá possa desenvolver-se sem perder sua identidade, seu território e seu patrimônio cultural.

3.2 Identidade Cultural, Território e Sustentabilidade

A identidade cultural desempenha um papel essencial na resiliência das comunidades, especialmente em territórios pesqueiros como a Ilha de Itamaracá. Oliveira et al. (2018) destacam que, diante de grandes danos, a mobilização de recursos e capacidades solidárias pode promover transformações positivas, e que características como identidade cultural, solidariedade e autoestima coletiva são fundamentais para a recuperação das comunidades impactadas. Na Ilha de Itamaracá, a identidade cultural dos pescadores está profundamente ligada ao território e ao mar, sendo ameaçada por disputas fundiárias e impactos ambientais.

A relação entre território e atividades pesqueiras é fundamental para a manutenção do modo de vida das comunidades litorâneas. No Bairro Novo, onde vivemos e trabalhamos, a presença de muitas famílias caiçaras evidencia essa conexão. No entanto, os pescadores enfrentam desafios crescentes para permanecer no litoral, devido à expansão do turismo e à privatização das áreas costeiras. Historicamente, os "Terrenos de Marinha", instituídos em 1831 pelo governo imperial, foram designados como áreas de uso exclusivo da União, impedindo sua privatização. No entanto, com o crescimento do interesse do turismo capitalista, muitas comunidades pesqueiras foram deslocadas para regiões periféricas (PEDROSA, 2016). Atualmente, a proposta de emenda à Constituição (PEC 3/2022), popularmente conhecida como "PEC das Praias", busca transferir essas terras para a iniciativa privada, o que pode agravar a exclusão das comunidades tradicionais e comprometer a preservação dos manguezais e estuários, essenciais para a pesca artesanal (BORGES, R. PAZ, M. 2024).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225[24], determina que o meio ambiente é um bem comum e vital para todos, cabendo ao poder público a responsabilidade de protegê-lo, garantindo a conservação da fauna e da flora. A possível privatização dos territórios litorâneos ameaça não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também os direitos das comunidades pesqueiras, que precisam disputar espaço com grandes empresários e investidores do turismo. Esse cenário exige uma mobilização coletiva, pois a luta pela permanência nos territórios não pode ser travada individualmente. As comunidades pesqueiras devem fortalecer suas redes de resistência e engajamento, buscando apoio em

[24] Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Título VIII da Ordem Social. Capítulo VI do Meio Ambiente.

movimentos de conscientização, como, por exemplo, a "Cultura Oceânica"[25], que promove a preservação e gestão sustentável dos oceanos.

Santoro et al. (2020) ressaltam que a conservação dos oceanos está diretamente relacionada à capacitação da força de trabalho e à ampliação do conhecimento sobre ciência oceânica e desenvolvimento sustentável, fatores essenciais para fortalecer as políticas regulatórias. No caso da Ilha de Itamaracá, a pesca e o turismo são fundamentais para a economia local, mas enfrentam desafios significativos devido à degradação ambiental e às mudanças climáticas.

Segundo Santoro et al. (2020):

> "Além dos impactos nas comunidades costeiras, como a elevação do nível do mar e as tempestades costeiras, outras questões globais sobre os oceanos incluem o aumento do lixo marinho, a perda de biodiversidade marinha, a destruição da pesca em todo o mundo e a acidificação e desoxigenação do oceano"(SANTORO et al., 2020, p.16).

A pesca artesanal em Itamaracá sofre diretamente com a redução da biodiversidade marinha e a destruição dos estoques pesqueiros, enquanto o turismo também é prejudicado pela poluição e degradação dos ecossistemas costeiros.

A dependência humana dos oceanos vai além da biologia. Os recursos marinhos fornecem alimentos, matéria-prima para medicamentos e meios de subsistência para bilhões de pessoas. Além disso, o oceano impulsiona economias, serve como rota de transporte, garante segurança nacional e proporciona lazer e descoberta (SANTORO et al., 2020). Na Ilha de Itamaracá, a pesca artesanal sustenta comunidades e preserva tradições repassadas por gerações. No entanto, ameaças como a redução dos pescados, a poluição marinha, a perda de território e as mudanças climáticas colocam essa herança em risco, exigindo políticas públicas voltadas para a sustentabilidade dos recursos oceânicos.

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14 – Vida na Água[26], que previa até 2020 a gestão sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros, não foi plenamente

[25] Um movimento global voltado para a educação e conscientização sobre a importância dos oceanos para a sustentabilidade do planeta (SANTORO et al., 2020).

[26] As ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) são um conjunto de 17 objetivos globais estabelecidos pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2015 como parte da Agenda 2030. Eles visam promover o desenvolvimento sustentável em diversas áreas, abordando desafios sociais, econômicos e ambientais.ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14: Vida na Água. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/14. Acesso em: [25 DE FEVEREIRO DE 2025].

atingida, tornando urgente a adoção de ações concretas para assegurar oceanos saudáveis e produtivos. A Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reforça a necessidade da alfabetização oceânica como ferramenta para a conscientização e a preservação dos oceanos.

Portanto, não há mais tempo para protelar medidas efetivas. Governos, comunidades e setores produtivos devem agir imediatamente para restaurar ecossistemas marinhos e implementar práticas sustentáveis. Em regiões como Itamaracá, o fortalecimento da educação ambiental, o manejo pesqueiro responsável e iniciativas de conservação são indispensáveis para garantir que o oceano continue sustentando vidas e culturas por muitas gerações. O oceano não apenas mantém a vida no planeta, mas também molda identidades, tradições e modos de vida, como das pescadoras e pescadores resilientes de Itamaracá, que têm no mar sua principal fonte de renda e expressão cultural.

Essa reflexão sobre a resiliência comunitária foi fortalecida por meio das experiências vivenciadas nos estágios obrigatórios, onde pude observar como comunidades da região metropolitana de Recife enfrentam desafios diários, buscando formas coletivas e sustentáveis de superação. Esses momentos foram essenciais para minha formação como Educadora e Agroecóloga, permitindo-me compreender não apenas os aspectos técnicos da Agroecologia, mas também a importância de fortalecer os laços culturais e sociais para preservar o próprio território e um modo de vida tão significativo.

3.3 Reflexões sobre Resiliência Comunitária e o Papel das Mulheres em Comunidades Pesqueiras

Os estágios supervisionados ESO I e II foram realizados, respectivamente, na FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e no Projeto Pirilampo – Casa Uaná. Essas experiências proporcionaram uma vivência direta em contextos onde a resiliência comunitária e o protagonismo das mulheres em comunidades pesqueiras se destacam como elementos fundamentais para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

Conforme Maitê Maronhas *et al.* (2021), os princípios da Agroecologia contribuem significativamente para o fortalecimento da resiliência comunitária. Essa abordagem transcende as técnicas de produção, promovendo relações sociais mais igualitárias, a valorização dos saberes tradicionais e sua integração ao conhecimento científico. Nesse

contexto, as mulheres desempenham um papel central na construção de comunidades resilientes, especialmente em regiões vulneráveis socioeconomicamente.

O conceito de Bem Viver, abordado por Acosta (2016), enfatiza a necessidade de uma vida harmônica entre os seres humanos e a natureza, fundamentada na autossuficiência e na autogestão comunitária. Esse conceito ressoa com as práticas observadas tanto na FASE quanto na Casa Uaná, onde se promovem sustentabilidade, inclusão social e valorização cultural.

A FASE é amplamente reconhecida em Pernambuco por sua atuação em defesa dos direitos humanos e pelo uso de metodologias participativas de educação popular. Durante o estágio, foi possível observar sua ação direta com mulheres e comunidades pesqueiras, como a Ilha de Deus e ZEIS Caranguejo Tabaiares. Nesses contextos, a instituição promove o direito à cidade como aspecto fundamental da justiça social. Exemplo disso são as hortas comunitárias geridas por mulheres, que demonstram a intersecção entre sustentabilidade ambiental e empoderamento feminino, ressaltando a importância do protagonismo das mulheres na construção de espaços inclusivos e resilientes.

A metodologia da FASE não se restringe à capacitação dos indivíduos, mas também busca fortalecer a autonomia coletiva. A participação ativa das mulheres nas decisões comunitárias reflete um modelo de desenvolvimento centrado na equidade de gênero e na sustentabilidade social, alinhado à proposta do Bem Viver.

Na Ilha de Itamaracá, a Casa Uaná se destaca como espaço de Promoção Cultural, Educação Ambiental e Comunicação Comunitária. Suas atividades incluem oficinas artístico-culturais, mutirões de limpeza do mangue, composteira comunitária e projetos de turismo criativo de base comunitária. Durante o estágio, constatou-se que as mestras marisqueiras, doceiras e cozinheiras são fundamentais para as iniciativas da Casa Uaná, promovendo o fortalecimento da memória coletiva e da identidade comunitária.

O foco da Casa Uaná na valorização dos saberes locais e na inclusão das mulheres como agentes de transformação social reforça a ideia de resiliência comunitária. O trabalho coletivo das mestras destaca a importância da organização em rede, essencial para preservar direitos conquistados e promover a equidade (FEDERICI, 2019).

As experiências vivenciadas nesses estágios demonstram que a resiliência comunitária está profundamente ligada ao empoderamento feminino e à valorização dos saberes tradicionais. Em ambas as instituições, o acolhimento, a troca de experiências e a cooperação se mostraram fundamentais para enfrentar os desafios impostos pelo modelo de desenvolvimento dominante. Essas iniciativas combinam sustentabilidade ambiental, justiça

social e fortalecimento cultural, superando adversidades e promovendo mudanças estruturais em suas comunidades.

Ao refletir sobre essas experiências, é possível perceber como os processos grupais são permeados por instituições e indivíduos e mantém um papel essencial para o funcionamento coletivo. Lane (1996) ressalta que a vivência comunitária permite compreender a realidade compartilhada, estimulando a autorreflexão e possibilitando ações coletivas. Além disso, Lane (1981a, p. 68) enfatiza a importância de desenvolver relações sociais eficazes baseadas na comunicação e cooperação, sem domínio de uns sobre outros, mas fundamentadas nas necessidades comuns por meio de atividades conjuntas.

As relações cotidianas e a interação entre indivíduos e coletivos são elementos fundamentais na promoção da participação comunitária. Ferramentas e instrumentos como educação popular, diálogo horizontal e o fortalecimento de redes locais são essenciais para a geração de conhecimentos e para a transformação efetiva das realidades sociais. Por meio do empoderamento feminino e da valorização cultural, essas instituições demonstram que um modelo de desenvolvimento baseado na inclusão e equidade é possível e necessário.

4 Essa Ciranda não é minha só

Quando cheguei ao BACEP, há quase cinco anos, senti que ainda tinha muito a descobrir. Meu entendimento político estava em construção, ainda não participava de coletivos ou associações, mas já trazia em mim a singularidade de uma gota d'água. Com o tempo, percebi que, assim como as gotas formam rios, lagos e mares, eu também fazia parte de algo maior e mais potente, fluindo e crescendo junto ao coletivo (MENESES, 2024).

Ao iniciar o curso, jamais imaginei que meu Trabalho de Conclusão de Curso abordaria a atividade pesqueira, da qual tantas vezes busquei me distanciar. Minha intenção inicial era aprender muito e, em seguida, fazer parte de algo maior. Só mais tarde compreendi que já fazia parte de algo imenso, oceânico: os povos das águas. Hoje, sinto orgulho de minha trajetória e desejo compartilhar esse entendimento com cada pessoa que sobrevive da pesca, especialmente meus conterrâneos ilhéus de Itamaracá, aos quais dedico este trabalho.

Sabemos que a Ilha de Itamaracá, embora rica em recursos naturais e culturais, enfrenta desafios que vão além das questões ambientais, alcançando as esferas sociais, econômicas e culturais. As transformações possíveis para a Ilha demandam uma abordagem integrada, fundamentada nos princípios da Agroecologia, que promovem a sustentabilidade, a diversidade e a resiliência comunitária. Sob essa perspectiva, é possível vislumbrar caminhos

para transformar a realidade local, valorizando a pesca artesanal, a cultura popular e o legado ancestral.

A construção de um novo paradigma socioambiental exige o engajamento de toda a comunidade. Manifestações culturais da Ilha, como a ciranda e as celebrações tradicionais, têm um papel crucial nesse processo, pois fortalecem os laços comunitários, promovem o senso de pertencimento e conectam as pessoas às suas raízes. Mais do que elementos de identidade, essas expressões culturais são ferramentas de resistência e coesão social, possibilitando que a comunidade ressignifique sua relação com o território.

Nesse contexto, a transição agroecológica transcende a mera transformação técnico produtiva, ela é um movimento coletivo e cultural que demanda mudanças profundas nos valores e nas práticas sociais. Isso requer o respeito aos ciclos naturais, a preservação dos ecossistemas marinhos e da biodiversidade e a adoção de práticas que integrem a pesca e a Agroecologia. Tal integração não só contribui para a conservação ambiental, mas também assegura a dignidade e a autonomia das famílias que dependem desses recursos.

A resiliência da comunidade de Itamaracá está atrelada à reorientação política e social, que inclui a cobrança de políticas públicas capazes de mitigar os impactos das mudanças climáticas, preservar a cultura pesqueira e fortalecer as economias locais. A solidariedade e a participação ativa da população são indispensáveis para superar o abandono político e social que fragiliza o território.

A territorialidade, compreendida como um movimento emancipatório, transcende a simples ocupação do espaço físico e se afirma como uma construção coletiva de identidade, resistência e pertencimento. Sob um olhar holístico e sistêmico, ela se manifesta na interconexão entre saberes, práticas e vivências que fluem e permeiam as individualidades, sem perder de vista a coletividade. Nesse fluxo, a valorização da ancestralidade fortalece o orgulho e a identidade das novas gerações, promovendo um sentido profundo de pertencimento. Esse processo se desdobra em um movimento diverso e contínuo, onde diferentes gerações, gêneros e etnias se entrelaçam. A resiliência se faz presente em cada ambiente, em cada comunidade e em cada pessoa que compõe essa ciranda, reafirmando a força dos povos das águas na preservação de seus territórios e na construção de futuros possíveis, ancorados no respeito à diversidade e na autonomia coletiva.

E, como diria nossa Rainha Lia de Itamaracá[27]: “Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós.” A ciranda vai além de arte e cultura, ela simboliza resistência e solidariedade. A união comunitária, representada pela ciranda, demonstra o poder transformador da cultura popular na construção de um projeto coletivo de bem viver. Esse projeto está enraizado na valorização da terra, do mar, das pessoas e de suas histórias, reafirmando o compromisso com um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário.

Assim, seguirei navegando nessa vida, cantando cirandas de resistência, de mãos dadas com os povos do mar, construindo novos horizontes para a Ilha de Itamaracá. Agora, não apenas sonhando, mas projetando um futuro socialmente justo e ambientalmente sustentável.

[27] Lia de Itamaracá, reconhecida como Patrimônio Vivo de Pernambuco desde 1996, constitui um exemplo emblemático de resistência e resiliência na cultura popular brasileira. Com uma trajetória marcada pela dedicação à música e à preservação da ciranda, manifestação cultural afro-brasileira, Lia consolidou-se como a mais importante cirandeira do Nordeste. Paralelamente à sua carreira artística, trabalhou como merendeira na rede pública estadual até 2008, ano em que recebeu da Fundarpe o título de Embaixadora da Casa da Cultura do Recife. Sua história de vida, construída com simplicidade, firmeza e amor à tradição, é uma inspiração pessoal e representa um legado coletivo de força e pertencimento, sendo exemplo notável para todos que valorizam a cultura popular.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Alberto Acosta ; tradução de Tadeu Breda.--São Paulo : Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

AGUIAR, Maria Virginia de A.; PERES, Flávia; CAVALCANTI, Edneida; SANTOS, Samara S. Bordar e recitar: arte na educação em Agroecologia. Cadernos de Agroecologia, v. 19, n. 1, 2024.

AGUIAR, M. Virginia de A. O diálogo de saberes sobre Agroecologia na Universidade: o papel das instalações pedagógicas. In FIGUEIREDO, M. A. B. et al (org.). Agroecologia e diálogos de conhecimentos: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE, 2017. pp. 17-36.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecologia em tempos de pandemia e colapso climático. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 20 DE DEZEMBRO DE 2024.

ALVIM, M. H. Instalações pedagógicas: Experimentos de um conceito em construção. UFG, 2013. 34p. (Monografia apresentada para obtenção de título de Bacharela e Licenciada em Dança da UFG)

ASSIS, Lenilton Francisco de. A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens insulares: um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá - PE. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

BORGES, Rebeca; PAZ, Mayara. Privatização de praias: entenda o que muda com proposta que tramita no Senado. CNN Brasil, Brasília, 27 maio 2024. Atualizado em: 28 maio 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/privatizacao-de-praias-entenda-o-que-muda-com-proposta-que-tramita-no-senado/. Acesso em: 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

BRASIL. Lei n° 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 17 DE JANEIRO DE 2025.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Registro, monitoramento e pesquisa de pesca e aquicultura/Balanço 2013 . SecretáriaPortaria MPA nº 171, 2023 . Disp.https://www.gov.br/mp/pt -br/. Acesso em: 29 DE JANEIRO DE 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Saúde Brasil 2020/2021 : uma análise da situação de saúde diante da pandemia de covid-19, doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Crônicas Não Transmissíveis–Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

CASTRO, Josué de. Homens e caranguejos. Editora Brasiliense. S.A. São Paulo - Brasil, 1967.

COUTINHO, Sonia Ma Viggiani ; SULAIMAN, Samia Nascimento ; CARBONE, Amanda Silveira. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DE SANTA CRUZ: (re)conhecendo o valor ecológico, histórico-cultural e econômico. Recife : CPRH, 2018. 48p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. 1943- Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar/ Antonio Carlos Sant'Ana Diegues. - São Paulo: Ática (Ensaios), 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos. As Ilhas e arquipélagos brasileiros: práticas sociais e simbólicas. In: DIEGUES, A. Carlos (Org.). Ilhas e sociedades insulares. São Paulo: NUPAUB-USP, 1997.

DIEGUES, Carlos Antonio. Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

FEDERICI, Silvia. 1942- Mulheres e caça as bruxas: da idade média aos dias atuais/ Silvia Federici. Tradução Heci Regina Candiani. 1 Ed. São Paulo; Boitempo, 2019.

FELISBERTO, Fernanda. Escrevivência como rota de escrita acadêmica. Escrevivência: A escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, p. 164-181, 2020.

FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra. Agroecologia e Conhecimentos tradicionais: Um olhar sobre experiencias de povos e comunidades. In FIGUEIREDO, M. A. B. et al (org.). Agroecologia e diálogos de conhecimentos: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE, 2017.pp. 47-69.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Homens anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas. 2ª Edição./ Therezinha de Jesus Pinto Fraxe.- São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2011. 224 p.

GIL, Gilberto. Pela Internet. In: GIL, Gilberto. Quanta. [S. l.]: Warner Music, 1997. Disponível em:<https://www.letras.mus.br/gilberto-gil/68924/>. Acesso em: 28 DE DEZEMBRO DE 2024.

GOVERNO FEDERAL. GOV.BR. BRASIL. Presidência da República. Ministério da Pesca e Aquicultura. O governo federal incluiu o pescado na cesta básica nacional. Ministério da Pesca e Aquicultura, 07 mar. 2024. Disponível em: <https ://www .gov .br /mpa /pt -br /assuntos /noticias /governo -federal -inclui -o -pescado -na -cesta -basica -nacional #:~:text =Segundo % 20recomenda %C3 %A7 %C3 %A3o %20da %20ONU %20para ,os %20alimentos %20que %20a %20comp %C3 %B5em> . Acesso em: 12 DE JANEIRO DE 2025.

GUZMÁN CASADO, G.I.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. Introducción a la Agroecologia como desarrollo rural sostenible. Madrid, Barcelona, México: Mundi Prensa, 2000. 535p.

ITAMARACÁ, Lia de. Minha Ciranda. In: Eu Sou Lia. Rob Digital Gravadora, 2000. Disponível em: <https://discografia.discosdobrasil.com.br/discos/eu-sou-lia > Acesso em: 18 DE JANEIRO DE 2025.

JALFIM, Felipe Tenório, 1962. Agroecologia e agricultura familiar em tempos de globalização: o Caso dos Sistemas Tradicionais de Criação de Aves no Semiárido Brasileiro/ Felipe Tenório Jalfim. – Recife: Ed. do Autor, 2008. 160p. : il.

LANE, Silvia. T. M. (1981a). O que é Psicologia Social: Vol. 39. Primeiros Passos. São Paulo, SP: Brasiliense.

LANE, S. T. M. (1996). Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Ed.), Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia (pp. 17-34). Petrópolis, RJ: Vozes.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero, Trabalho e Pesca Artesanal: Troca de saberes entre a academia e comunidades tradicionais/ Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão.-- Recife: EDUFERPE, 2013. p.:176 .

LOPES, José. Histórias e Segredos de Uma Ilha. José Lopes. - 3ª. ed. - Recife: Assessoria Editorial do Nordeste, 1989. 150p.

MAGNO, Elzanira de A. Carlos. Carta geomorfológica da Ilha de Itamaracá. 1989. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1989.

MARONHAS, M. E. S.; MARIA LIMA DA SILVA ANDRADE, H.; DE´CARLI VIANA, C. .; LEON, I. Agroecologia e Convivência com o Semiárido: A Inovação na Construção da Resiliência. Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability, [S. l.], v. 2, n. 2, 2021. DOI: 10.52719/bjas.v2i2.3813. Disponível em: https://www.journals.ufrpe.br/index.php/BJAS/article/view/3813. Acesso em: 02 DE JANEIRO DE 2025.

MATTOS, Sergio Macedo Gomes de; WOJCIECHOWSKI, John Maciej; CALDEIRA, Fabricio Gandini. Iluminando as Capturas Ocultas – ICO/A Pesca Artesanal Costeira no

Brasil. Disponível em: https://express.adobe.com/page/tONM9fbNtuvuj/. Acesso em: 06 DE JANEIRO DE 2025.

MENESES, Ana Sabrina Araújo. Mandalando memórias camponesas: buscando caminhos d'água e da saúde integral a partir de práticas participativas agroecológicas no Sertão de Crateús - Ceará. 2024. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agroecologia) – Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2024.

MORAES, Flavia S.; SAMPAIO, Malu R.; ALVES, Natália. Além do mar de Itamaracá. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Como fazemos a escola de Educação Fundamental. Caderno de Educação nº 09. Nov./1999. 48 f.

NASCIMENTO, S. A. (1993) - Biologia do caranguejo-uça (Ucides cordatus). ADEMA -Administração Estadual do Meio Ambiente, 45p., Aracajú, SE, Brasil.

OLIVEIRA, Ana Tercila Campos; MORAES, Normanda Araújo. Resiliência Comunitária: Um estudo de Revista Integrativa da Literatura. Trends Psychol / Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, vol. 26, n 4, p. 1731 – 1745, dezembro de 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OPAS/OMS classifica COVID-19 como pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PACÍFICO, Daniela Aparecida; BOLZAN, William Douglas; RODE, Edimar Luiz; BLASIUS, Mayara Breskovit. Imersão na realidade rural como metodologia de ensino: a experiência da disciplina Vivência em Agricultura Familiar. Revista Docência do Ensino Superior, Belo Horizonte, v. 10, e015914, p. 1-19, 2020. DOI: https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.15914.

PAULA, Zuleide de. Peixinhos: um rio por onde navegam um povo e suas histórias / Zuleide de Paula. Recife: MAGIS, 2009.

PEDROSA, Beatriz Mesquita Jardim. Pesca artesanal e áreas marinhas protegidas em Pernambuco: uma abordagem multidimensional e institucional. 2016. 182 f. : il. Programa de Pós-Graduação em Recursos Pesqueiros e Aquicultura – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://ww2.pgpa.ufrpe.br/sites/default/files/testes-dissertacoes/pedrosa_2016_-_pesca_artesanal_e_arenas_marinhas_protegidas.pdf>. Acesso em: 25 DE FEVEREIRO DE 2025

PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Pesca artesanal . Disponível em: <https ://semas .pe .gov .br /pesca -artesanal -2/ >. Acesso em:06 DE JANEIRO DE 2025.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE AGROECOLOGIA(PPC) UFRPE – Abril, 2019.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. “Ah, esse povo do Mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana/ Cristiano Wellington Noberto Ramalho.- São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES(Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP), 2006.

SANTORO, Francesca; SANTIN, Selvaggia; SCOWCROFT, Gail; FAUVILLE, Géraldine; TUDENHAM, Peter. Educação oceânica para todos: um manual para promover a alfabetização oceânica. Tradução de Luís Filipe Alvarez Penereiro . Revisão científica de Ronaldo Christofoletti . Escritório da UNESCO em Veneza e Escritório Regional para a Ciência e Cultura na Europa; Comissão Oceanográfica Intergovernamental. COI. Manuais e guias, n. 80. IOC/2017/MG/80 Rev. Lisboa: UNESCO, 2020. 136 p. ISBN 978-92-3-700011-3.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e Concepções sobre Território. 3ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, 192p.

SILVA, Glauber Paiva da. A seca do Nordeste, as práticas migratórias e suas representações na musicografia de Jackson do Pandeiro. Revista Rural & Urbano. Recife. v. 04, n. 02, p. 74 - 97, 2019. ISSN: 2525-6092 .

SILVA, Adriano Prysthon da. Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos/ Adriano Prysthon da Silva – Palmas : Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SORJ, Bila. Os cuidados com a Família e as desigualdades de gênero e de classe. In: COSTA, Albertina ET al. (Org.) Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capitalismo. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2010, p.: 33-56.

TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto. Camponês caranguejo. (Texto didático – BACEP/UFRPE), 2021.

VERDEJO, Miguel. Expósito Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP/ por Miguel Expósito Verdejo, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

WWF-BRASIL. Impactos ambientais do petróleo pressionaram o setor para a energia limpa . Disponível em: https ://www .wwf .org .br /?84444 /impactos -ambientais -do -petroleo -pressionam -o -setor -para -a -energia -limpa #:~:text =Em %20dezembro %20de %202021 %2C %20a ,por %20profundas %20transforma %C3 %A7 %C3 %B5es %20no %20pa %C3 %ADs . Acesso em: 28 DE JANEIRO DE 2025.